

**2018***Por Cristiano Romero*

Quando, em 2010, o Brasil cresceu 7,5%, a expansão mais rápida em 24 anos, analistas concluíram que, depois de 25 anos de redemocratização, o país atingira a estabilidade econômica e política. Pela primeira vez, saiu inteiro de severa crise internacional - a de 2007-2008, quando o epicentro foram os Estados Unidos -, dois anos antes havia conquistado o selo de bom pagador junto às agências de classificação de risco, as desigualdades sociais e a pobreza diminuía, o desemprego caía a níveis recordes e estrangeiros vinham aos montes investir aqui.

Não, o Brasil não havia resolvido todos os seus problemas, longe disso. As deficiências estruturais - como a elevada carga tributária e a taxa de juros mais alta do planeta, decorrentes de um desequilíbrio fiscal jamais solucionado - e os anacronismos nunca enfrentados - como a manutenção de quase 150 empresas estatais, parte do Estado "soviético" herdado da ditadura militar - continuavam presentes, mas havia alento porque pela primeira vez, desde a crise da dívida externa, em 1982, o Brasil parecia criar as condições para se tornar "um país do futuro" e, assim, cumprir a profecia feita, em 1941, pelo escritor austríaco Stefan Zweig.

O futuro não chegou justamente porque, como dizia o ex-ministro, deputado e diplomata Roberto

Campos, o Brasil nunca perde a oportunidade de perder oportunidades. O futuro está sempre distante porque, aqui, temos o péssimo hábito de não planejá-lo, como se o porvir fosse uma abstração e não a consequência do que fazemos agora. A sociedade brasileira tem, ainda, uma característica perversa: a de transferir para as próximas gerações - portanto, aos descendentes - a conta do que deveria ser pago neste momento.

*O voluntarismo de Dilma mostra que país carece de instituições*

Some-se a isso uma personalidade como a da ex-presidente Dilma Rousseff. Eleita em 2010, no melhor momento do país em três décadas, justamente porque a maioria dos eleitores atribuiu o sucesso às políticas adotadas por Luiz Inácio Lula da Silva ao longo de dois mandatos, ela decidiu mudar o arcabouço macroeconômico que a levou ao poder, em vez de, tirando proveito da estabilidade alcançada, propor uma agenda de mudanças que criasse as condições para o país aumentar a produtividade da economia, única forma de acelerar o crescimento sem gerar inflação.

A crise mundial de 2007-2008 foi tão grave que as economias

européias levaram quase dez anos para sair dela. Os EUA, porque possuem uma economia mais dinâmica, demoraram menos tempo - em torno de sete anos - para reduzir o endividamento das empresas e dos consumidores e, assim, voltar a crescer. Em 2010, todos sabíamos que, por pelo menos cinco anos, tanto os EUA quanto a Europa e o Japão cresceriam pouco e teriam espaço reduzido para aumentar a competitividade de suas empresas. Sabia-se também que, quando os efeitos da crise passassem, essas economias voltariam mais fortes ao competitivo cenário internacional.

Era a chance perfeita para o Brasil usar aquele período na promoção de reformas necessárias ao salto do país ao futuro sonhado. Dilma reunia condições para tocar uma agenda modernizante: era popular - num dado momento, gozou de popularidade superior à alcançada por Lula, o presidente mais popular da história do país - e detinha folgada maioria no Congresso Nacional.

Justiça seja feita, no início do primeiro mandato, a então presidente deu dois passos em direção aos objetivos de uma agenda positiva: ao criar o fundo de pensão dos funcionários federais (Funpresp), regulamentou a reforma - aprovada em 2003 por iniciativa do governo Lula - que acabou com a aposentadoria integral de servidores contratados a partir dali; e começou





a privatizar os aeroportos, um sinal de que, finalmente, um governo de esquerda no Brasil reconhecia que o Estado não tem mais dinheiro para oferecer serviços que, concedidos à iniciativa privada, geram retorno bem maior para a população. É verdade que nem tudo eram flores: no modelo de privatização dos terminais, Dilma exigiu que 49% do capital ficasse nas mãos da Infraero, um contrassenso, afinal, a ideia era tirar a estatal da operação porque ela não tinha mais recursos para bancar investimentos.

Paralelamente a essa agenda, porém, Dilma desmontou os pilares da política econômica herdada de Lula e, rapidamente constatando que as mudanças não surtiam o efeito esperado, isto é, a aceleração do crescimento, partiu para o populismo desenfreado, tática que lhe restou para tentar salvar o projeto de poder do qual fazia parte. A escalada de equívocos jogou o país na mais longa recessão de sua história.

É injusto e errado atribuir inteiramente a Dilma a responsabilidade pela crise fiscal que ameaça o futuro da nação. O desequilíbrio das contas públicas vem de longe - desde o início dos anos 1990, provocado principalmente por decisões tomadas pelos constituintes de 1988. Em 2007, início do segundo mandato de Lula, a Previdência, por exemplo, já consumia algo como 45% das receitas da União - hoje, 57%. O que Dilma fez foi empurrar o

caminhão ladeira abaixo - no período em que ela dominou o governo, entre 2008 e 2015, os gastos cresceram inacreditáveis 50% acima da inflação, enquanto as receitas avançaram apenas 15%.

O que se diz em Brasília é que é muito difícil convencer o Congresso a aprovar medidas "impopulares" em tempos de bonança. Um exemplo mencionado é o da renovação da CPMF, o antigo "imposto do cheque". Mesmo no auge de sua popularidade, Lula não conseguiu estender a vigência do tributo, que expirou em 2007. De fato, a experiência mostra que o Congresso só aprova transformações importantes em períodos de crise. Agora, por exemplo, a queda da inflação e dos juros e a melhora tanto da atividade quanto das condições financeiras teriam tornado os deputados mais suscetíveis a pressões do funcionalismo contra a reforma da Previdência.

O voluntarismo de Dilma, que foi capaz de tirar o país do caminho da virtude e jogá-lo no abismo, e a dificuldade da nação de sair da areia movediça em que se encontra mostram que quem julgou - como este colunista - que em 2010 o Brasil tinha, finalmente, alcançado a estabilidade política e econômica estava redondamente enganado. Sem a construção de instituições verdadeiramente democráticas, o futuro visto como o tempo em que este imenso país viverá sem pobreza

## **Governo muda cálculo de juro de fundos constitucionais**

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

O governo vai editar medida provisória para fixar o novo critério para cálculo das taxas de juros incidentes nos empréstimos feitos com recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A expectativa é que a MP seja publicada amanhã (quarta-feira) no Diário Oficial da União (DOU), segundo a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi.

Com a edição da MP, a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituirá de forma gradual a chamada Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP), será usada como referência para o cálculo da taxa de juros desses fundos. Essa taxa, no entanto, terá um redutor chamado Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), feito pelo IBGE.

Para se chegar a taxa final, conforme fonte da área econômica, será aplicado ainda um fator de

ponderação setorial. Esse fator vai diferenciado entre setores para beneficiar aqueles onde o governo quer incentivar investimentos. Assim, os juros para financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste deixarão de ser fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Segundo fonte da área econômica, o novo critério dá maior previsibilidade aos juros desses fundos e contribuirá para o aumento da transparência no que diz respeito aos subsídios incidentes.

A ideia é que a regra de cálculo de juros dos fundos constitucionais seja permanente. Mas a MP deve abrir a possibilidade de reavaliar a cada quatro anos os fatores de ponderação setoriais, que poderão variar até 20% para mais ou menos. As novas regras devem entrar em vigor em janeiro. A expectativa é de que o detalhamento da MP, que depende de resolução do CMN, saia ainda este ano.

## **Maior endividamento em dez anos preocupa Tesouro**

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

A relação entre dívida corrente líquida e receita corrente líquida, um dos principais indicadores de solvência de entes públicos, atingiu o maior nível em dez anos no caso da União e é motivo de preocupação na equipe econômica. O Relatório Contábil do Tesouro Nacional, que faz uma análise dos passivos e ativos do governo, mostra que essa relação era de 2,09 em 2007 e chegou a 4,01 em 2017.

Para o Tesouro, o indicador merece atenção. "A sua evolução no período analisado mostra uma tendência preocupante. Até 2013, ela acompanhava um valor próximo do dobro da receita corrente líquida (RCL). Contudo, ultrapassou o patamar de três vezes a RCL em meados de 2015 e o quádruplo da RCL em 2017", alerta o órgão em relatório.

Ao contrário dos entes subnacionais, a União pode aumentar seu endividamento sem precisar se ater a um limite legal. Estados, por exemplo, só podem comprometer até duas vezes a receita corrente líquida. No caso de municípios, apenas 1,2 vez. A proposta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento na criação dos limites, em 2001, era que a União tivesse um teto de 3,5, mas o

Congresso resolveu não estabelecer nenhuma limitação para ela. Se o teto de 3,5 estivesse valendo, a União já teria estourado o limite em 2016.

Mesmo sem o limite, o Tesouro vê o indicador com atenção por ele representar a capacidade de solvência da União. A justificativa para a elevação está no aumento dos gastos. "Nos últimos anos, com o crescimento significativo das despesas, especialmente obrigatórias (Previdência e pessoal), têm-se apurado déficits expressivos, que têm contribuído fortemente para o crescimento da dívida público federal", afirma o relatório.

O Tesouro considera como dívida consolidada líquida o montante total de obrigações financeiras da União (passivos) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Outro indicador de endividamento destacado no relatório e que continua a preocupar a equipe econômica é a chamada regra de ouro das contas públicas. A norma está prevista em Constituição e visa impedir que se recorra ao aumento de endividamento público para o pagamento de despesas correntes, que são gastos com custeio e manutenção - como remunerações a servidores, benefícios previdenciários, serviços, diárias e

passagens. Só é permitido ao ente público recorrer a endividamento para investimentos ou refinarciar a própria dívida (despesa de capital).

Sob risco de descumprir o limite e cometer crime fiscal, o governo tem recorrido a devoluções de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para assegurar o cumprimento do limite. A equipe econômica projeta uma insuficiência de R\$ 184 bilhões para cumprir a regra de ouro em 2018.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, já afirmou anteriormente que o governo negocia para que o BNDES devolva R\$ 130 bilhões aos cofres da União no ano que vem para, assim, aliviar a conta. Além disso, ela conta com uma sobra de recursos para o cumprimento da norma neste ano que pode ser transferida para a conta do ano que vem. Até outubro, esse saldo era de R\$ 22,8 bilhões. Outro possível auxílio serão receitas arrecadadas neste ano que ainda estão sendo classificadas pela secretaria.

De acordo com o Tesouro, em análise feita a partir de 2009, o único momento em que a diferença entre as despesas de capital e as receitas com operações de crédito cruzou a linha permitida foi em 2011, quando ultrapassou em R\$ 5 bilhões o limite. "Isso, porém, não ocorreu em um



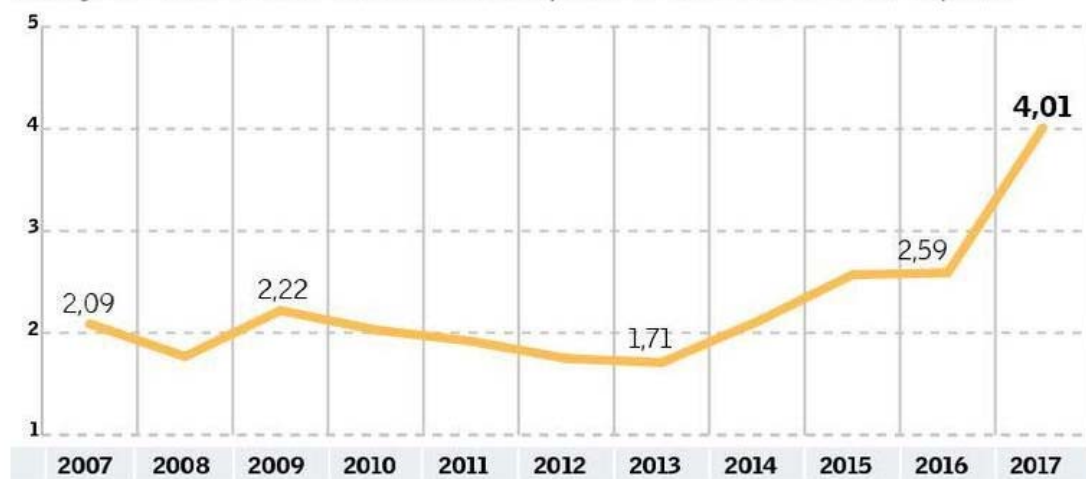


exercício financeiro fechado (em 31 de dezembro), que é quando se faz a avaliação", resume a secretaria.

O Tesouro afirma que a tendência cada vez maior de escassez de financiamento das despesas correntes é ocasionada pelo déficit persistente nas contas públicas a partir de 2013. "A partir de 2016, passou a ser necessário recorrer à antecipação de parte dos recursos a receber do Tesouro Nacional perante o BNDES para garantir o cumprimento da regra", diz a secretaria.

## Deterioração

Relação entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida



Fonte: Tesouro, Siafi e RGF.

## Tesouro vê folga neste ano, mas 'forte restrição' em 2018

Por Fábio Pupo e Edna Simão |  
De Brasília

Sem poder contar com as medidas de ajuste fiscal ainda não aprovadas pelo Congresso Nacional, o governo estima que 2018 será mais um ano de "fortes restrições" com uma redução de até R\$ 26 bilhões nas despesas discricionárias em relação a 2017. Apesar das preocupações com o ano que vem, o Tesouro Nacional vem registrando uma forte aceleração das receitas e estima chegar ao fim deste ano com folga para o cumprimento da meta fiscal.

A secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, diz que o crescimento de R\$ 90 bilhões das despesas obrigatórias diminui a margem de ação do governo com as discricionárias. Isso porque a lei do teto de gastos determina um limite para os desembolsos do governo. "Nós ainda temos um cenário de fortes restrições. As despesas obrigatórias estão ocupando o espaço e está sobrando pouco para as discricionárias, que inexoravelmente vão sofrer compressão no próximo ano", afirma.

Ela explica que o montante previsto pode ser reduzido caso medidas de redução de despesas sejam aprovadas pelos parlamentares, mas de qualquer forma o governo tem pouca margem para ação em uma delas. Trata-se da medida provisória

805, que pouparia R\$ 4,4 bilhões no ano que vem ao postergar reajuste de servidores civis. Como ela foi suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) e o reajuste deve ser concedido em 1º de janeiro (e pago em fevereiro), há pouco tempo para uma reversão por parte do Ministério da Fazenda. Outra medida que aguarda aprovação é o projeto de lei 8.456, que pouparia R\$ 3 bilhões ao reverter os efeitos da desoneração da folha de pagamento.

Além do teto de gastos, outro compromisso fiscal importante a ser observado pelo Tesouro no ano que vem é a regra de ouro das contas públicas. A margem de insuficiência para o cumprimento da norma constitucional, que visa impedir o aumento de endividamento público para pagar despesas correntes, continua sendo de R\$ 159 bilhões.

Para ajudar no cumprimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve contribuir com R\$ 130 bilhões em devoluções antecipadas de empréstimos. Outros R\$ 10 bilhões devem vir de receitas a serem classificadas. Mas ainda há um espaço a ser preenchido e a forma como isso será feito ainda é uma incógnita.

Segundo a secretária do Tesouro, será preciso tomar medidas para cumprir a regra de ouro em 2018. Mas isso será feito somente a partir do ano

que vem. "Essa discussão vai ser presente e vamos ter que tomar medidas para cumprir a regra de ouro. Mas não é agora. Vamos esperar o início do exercício para poder ter os números concretos na mão e condições de ter mais firmeza", disse.

Apesar das preocupações para 2018, a secretária afirmou que o cenário atual para 2017 é propício para ficar dentro da meta fiscal de déficit de R\$ 159 bilhões, que, diz, será cumprida com alguma folga. Em novembro, o governo chegou a registrar superávit. De acordo com os dados divulgados ontem, o governo central - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - registrou resultado positivo de R\$ 1,348 bilhão em novembro. No mesmo mês de 2016, as contas haviam ficado negativas em R\$ 38,467 bilhões. O desempenho do primário em novembro foi o melhor para o mês desde 2013, quando o superávit foi de R\$ 28,969 bilhões.

Ajudou o governo a forte aceleração da receita líquida total, que registrou um aumento real de 39,3% em novembro (contra mesmo mês do ano passado), somando R\$ 106,719 bilhões. Os principais fatores são as receitas com Refis e concessões. Mas mesmo desconsiderando efeitos não recorrentes, haveria um aumento de 2,4% nas receitas. De acordo com Ana Paula, os números demonstram a reação da economia.



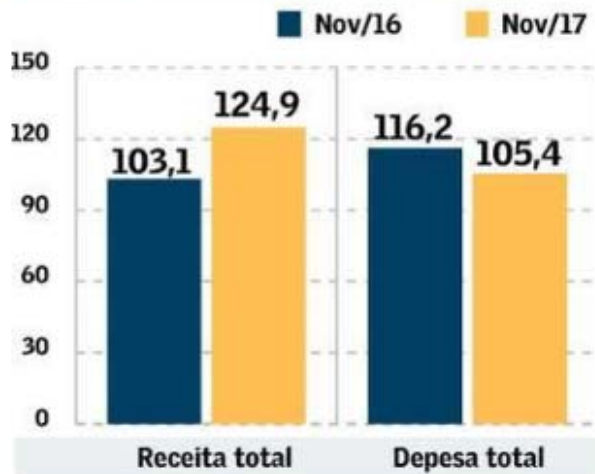




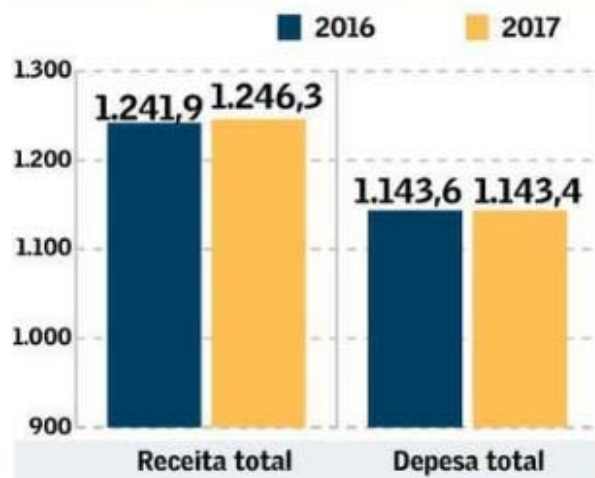
# Resultado do Governo Central

Em R\$ Bilhões - A Preços de Novembro de 2017 (IPCA)

## Mensal



## Janeiro a Novembro



Fonte: STN. Elaboração: Valor Data

## Corte de R\$ 26 bi em 2018

*Para cumprir teto de gastos, governo reduzirá verba para estradas e farmácia popular*

GABRIELA VALENTE E MARCELO CORRÊA

-BRASÍLIA E RIO- Apesar da recente melhora das contas públicas, com o início da recuperação da arrecadação e corte de investimentos, o cenário para 2018 é de aperto no Orçamento. Ontem, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, alertou que será preciso cortar R\$ 26 bilhões em investimentos e gastos discricionários. A medida é necessária porque a equipe econômica tem de cumprir a regra do teto de gastos, que prevê que as despesas só podem subir na mesma proporção da inflação de um ano para o outro.

E, como o Congresso não votou as medidas de ajuste fiscal e adiou a reforma da Previdência, o Ministério da Fazenda elevou o tom e alertou que a tesoura afetará orçamentos de programas como manutenção de estradas, bolsas de estudos, farmácia popular, recursos para assistência social e até ampliações do Bolsa Família. Com isso, aumenta a pressão política para o aval dos parlamentares às reformas mesmo em ano eleitoral. Ontem, o Tesouro informou que o governo central (formado por Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social)

gastou menos que arrecadou e registrou superávit primário (sem contar o pagamento de juros da dívida pública) de R\$ 1,35 bilhão no mês passado.

É o primeiro no azul para o mês desde 2013. O resultado veio melhor do que as expectativas, já que muitos analistas previam déficit. Mesmo assim, especialistas em contas públicas avaliam que será inevitável algum tipo de aumento de impostos em 2018. Em entrevista recente ao GLOBO, o próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já afirmou que não descarta subir tributos para compensar a perda de receita com medidas que não foram votadas no Congresso, como a tributação dos fundos exclusivos.

Ontem, a secretária do Tesouro destacou que as despesas obrigatórias crescem sistematicamente e devem subir mais R\$ 90 bilhões no ano que vem, o que deixa o espaço cada vez menor para investimentos, inclusive os feitos por meio de emendas parlamentares. — Nós temos um cenário ainda de fortes restrições. As medidas que foram propostas ainda não foram aprovadas e estão em discussão no Congresso Nacional. De fato, nós teremos uma redução de R\$ 26 bilhões, se nenhuma medida for adotada, de despesas discricionárias. Se medidas forem aprovadas, isso pode reduzir — alertou a secretária.

Além de adiar a reforma da Previdência para 2018, o Congresso postergou a elevação do Imposto de Renda para fundos exclusivos e a reoneração da folha de pagamento das empresas. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ainda o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14% e o adiamento do reajuste do funcionalismo de 2018 para 2019. Essas medidas economizariam R\$ 21,5 bilhões. Enquanto já estuda onde cortar, o governo começa a ver uma reação das contas públicas por causa do aumento da arrecadação e uma forte retração dos investimentos.

No geral, houve uma queda de 33% dos investimentos públicos feitos neste ano. De janeiro a novembro, os investimentos em todas as áreas somaram R\$ 31,6 bilhões. Mesmo assim, o déficit nas contas públicas foi de R\$ 101,9 bilhões de janeiro a novembro. É o pior já registrado pelo governo. Somente o saldo da Previdência ficou negativo em R\$ 174,5 bilhões nesse período. No entanto, destacou a secretária, houve uma melhora significativa e recorrente das contas públicas no segundo semestre. A meta para o ano é manter o déficit primário de R\$ 159 bilhões. — Temos dois movimentos muito claros: até julho de 2017, nós passamos por um cenário de frustração de receitas, cerca de R\$ 40 bilhões.







O cenário era de incerteza. A partir de agosto, coincidentemente, quando houve a mudança da meta, houve uma recuperação gradual das receitas. Vários dos riscos fiscais não se concretizaram. As concessões foram bem-sucedidas. E houve racionalização de diversas despesas, principalmente, subsídios — disse Ana Paula. Fábio Klein, economista da Tendências, projeta que o governo cumprirá a meta em 2017 e em 2018. Mas alerta que há riscos. Embora o governo tenha sinalizado sobre a possibilidade de elevar impostos para reforçar a arrecadação, o especialista em contas públicas vê mais problemas do lado das despesas do que das receitas.

O maior deles seria o não cumprimento do teto de gastos. Ele destaca a dificuldade em relação ao adiamento do reajuste de servidores federais. "A solução compensatória novamente se dará na forma de contingenciamentos sobre a reduzida e cada vez mais enxuta parcela de gastos discricionários, como custeio dos serviços públicos e

investimentos. Não será uma tarefa fácil em pleno ano eleitoral e num contexto de quase paralisia e descontinuidade de determinados serviços", destacou Klein, em nota.

Esse provável corte de investimentos também deve ter efeito sobre a chamada regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina que a emissão de novas dívidas não pode ser maior que as despesas de capital, categoria em que se enquadram os investimentos. Para a especialista em contas públicas Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, o cenário reforça a necessidade de resolver problemas estruturais, como a reforma da Previdência.

— A questão fiscal não é se teve déficit ou superávit no mês. Cada vez mais o governo depende de receitas extras, porque os gastos obrigatórios não param de crescer. Vamos ter uma dificuldade cada vez maior de observar o teto de gastos por causa do incremento das despesas previdenciárias, que estão crescendo 6% em termos reais.

## Temer e Dilma 2: quem cortou o quê?

VINICIUS TORRES FREIRE

Michel Temer talhou menos os gastos sociais do que Dilma Rousseff 2. Um exame simples da despesa federal mostra a diferença entre as tesouradas. A interpretação de atos e preferências de governos, porém, jamais é simples. Além do mais, há Congresso, lobbies, classes e o resto do mundo a considerar.

Para começar, em um debate do nível desses de redes insociáveis, alguém que se imagina de esquerda poderia dizer que Dilma 2 havia sido abduzida por ETs neoliberais do sistema planetário Levy-Banqueiro, de onde veio o ministro da Fazenda da ex-presidente. Não era a "verdadeira Dilma", o "PT real", ou sei lá.

Menos maluco, mas não mais inteligente, esse esquerdista poderia argumentar ainda que os cortes de Dilma 2 haviam sido tamanhos que sobrara pouco para Temer passar a faca. É verdade, mas a tese obviamente não deixa mais bonita

a poda feita pela ex-presidente, que de resto tinha mais dinheiro.

Nesta terça-feira saíram as contas do governo até novembro. Na prática, temos os números de um ano inteiro em que apenas o governo Temer planejou e executou o Orçamento (2016 foi misto).

Comparem-se, pois, esses dados com os de Dilma 2 (os 12 meses contados até novembro de 2015).

Os gastos com saúde cresceram 3,3% nos últimos 12 meses, "puro Temer". Sob Dilma 2, caíram 4,8%. Na educação, caíram 2,7% sob Temer; sob Dilma 2, o talho foi de 17,7% (o grosso do gasto federal em educação é no ensino superior).

No Desenvolvimento Social (Bolsa Família), o gasto cresceu 3,5% durante Temer e caiu 8,4% no primeiro ano de Dilma 2.

Na assistência social para incapazes de trabalhar e idosos muito pobres (BPC), os gastos cresceram sob ambos, mais sob Temer, mas o governo não tem lá muito controle sobre tal despesa, determinada por lei (como no caso da Previdência).

Temer e Dilma 2 amputaram em mais de um terço o dinheiro para o PAC, investimento em obras. Temer elevou o gasto com servidores (quase 7%), alegando cumprir acordo firmado por Dilma 2, que talhara essa despesa em 1,4%.

O grosso do problema nem está aí. De novembro de 2013, pouco antes da recessão, até novembro de 2017, a receita líquida do governo

caiu R\$ 175 bilhões; a despesa cresceu R\$ 96 bilhões. Tudo em valores de hoje, corrigidos pela inflação. Ou seja, o buraco aumentou em R\$ 271 bilhões. É esse o dinheiro que o governo precisa arrumar apenas para voltar a ter problemas velhos, os de 2013. Dá uns 4% do PIB: o equivalente a três vezes a CPMF gorda dos tempos de Lula. Uma tragédia.

De onde veio esse gasto extra, de 2013 para cá? Cerca de 96% vieram do aumento da despesa com a Previdência. No resto, pois, o governo está gastando quase tanto quanto em 2013.

Note-se que a carga tributária federal caiu (hello!) para 17,2% do PIB, abaixo tanto do pico de 2010 (20% do PIB) quanto do nível mais "normal" de 2005-2007 (18,8% do PIB).

O grande talho de Dilma 2 era a única alternativa? Não. Seria possível defender uma receita que incluísse ainda alta de impostos e reformas urgentes, embora o caso não seja trivial. Assunto para outro dia.

De fato, a situação é desesperadora. Brandir slogans bobinhos ("mais direitos", "menos Estado" etc.) não vai resolver o nosso problema.

Entrevista / Pedro Fernando Nery, economista

## Mesmo sem reforma, há saída para reduzir gastos

*PARA ECONOMISTA, DISSEMINAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS PELAS REDES SOCIAIS PREJUDICOU MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL*

LAÍS ALEGRETTI e  
MARIANA CARNEIRO  
DE BRASÍLIA

Nos últimos dias, um estudo do consultor do Senado Pedro Fernando Nery, 30, começou a circular entre governistas. A leitura corrente é que a pesquisa comprova que votar a favor da reforma da Previdência rendeu votos aos deputados em 1998.

Não é bem assim. Em entrevista à Folha, ele afirma que o voto na Previdência não influenciou, nem para o bem nem para o mal. E o mais relevante para a reeleição foi a verba destinada a emendas —obras incluídas no Orçamento pelos parlamentares nas regiões que os elegeram.

Um dos especialistas mais ativos nas redes sociais, com opiniões geralmente favoráveis à reforma, Nery afirma que o governo tem alternativas para reduzir gastos na Previdência caso não consiga os votos necessários para uma PEC (proposta de emenda constitucional) —na Câmara, por exemplo, é preciso o apoio de ao menos 308 dos 513 deputados.

\*

*Folha - Sem a reforma, o que o governo pode fazer para economizar?*

Pedro Fernando Nery - Supondo que o governo tenha votos para aprovar projetos de lei, mas não uma PEC [proposta que requer apoio de 60% dos parlamentares], há uma série de medidas que pode fazer, como Fernando Henrique Cardoso fez em 1999 com o fator previdenciário [fórmula que reduz o valor do benefício para quem se aposenta mais cedo].

Pode ajustar a forma de cálculo da [aposentadoria] da iniciativa privada, com impacto grande no curto prazo —por exemplo, extinguir a fórmula 85/95 e criar um fator previdenciário mais duro.

O governo pode elevar ainda mais a contribuição dos servidores —agora estão tentando elevar para 14%. Pode reduzir também a pensão por morte no INSS.

Há outras mudanças que geram economia, mas que não são tão progressivas [que preservam os mais pobres].

O governo pode mexer em quase tudo do BPC [benefício a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda], pode alterar critérios para comprovar tempo de contribuição na atividade rural. No entanto, seria incoerente depois de ter retirado esse público da atual proposta.

*Em 1998, a reforma impactou*





### ***o resultado das eleições?***

O grupo que votou favorável à reforma teve mais deputados reeleitos do que quem votou contra, mas essa variável não afetou positiva ou negativamente.

Cálculos do Carlos Pereira e Lúcio Rennó [no estudo "O que é que o Reeleito Tem?"] mostram que, na eleição de 1998, a probabilidade de reeleição foi 25% maior para um parlamentar que teve todas as suas emendas executadas. Ou seja, não é consequência de votar a favor da reforma, mas o fato de ter apoiado o governo que impactou na reeleição.

### ***Um governo bem-sucedido na eleição ou um governo que tem verba para distribuir?***

As duas coisas. E aí tem um alerta sobre transportar os resultados para 2018.

Primeiro, em 1998, o governo era formado por uma coalizão que tinha perspectiva de se manter no poder. Fernando Henrique Cardoso foi reeleito [venceu Lula no primeiro turno, com 53% dos votos].

E o cenário eleitoral era mais definido do que o de agora. A gente mal sabe quem será o candidato governista.

### ***Para se reeleger, o deputado deve pensar mais nas emendas do que na Previdência?***

Não dá para saber se vai ser igual no ano que vem, pode ser menos porque este governo é mais fraco. Mas pode ser mais porque os recursos estão mais escassos e a emenda pode ser um chamariz maior agora, que o financiamento privado [às campanhas eleitorais] não existe.

### ***E o que há de semelhante?***

Uma questão que persiste de 1998 para 2018 é uma reforma focada na Previdência urbana e funcionalismo. Não atinge população rural e Benefício de Prestação Continuada. Também tende a ser menos impopular no Norte e no Nordeste, que não só têm população mais jovem mas também é menos atendida pelos benefícios que estão sendo reformados.

### ***A reforma de agora retoma a discussão sobre a idade mínima, como em 1998. A resistência é maior agora?***

Acho que sim, as redes sociais, ainda que não sejam determinantes nas eleições, são um instrumento a mais de pressão.

Se em 1998 a população tinha que vir ao Congresso Nacional, agora pode ficar no Twitter, no Facebook, pode ter o WhatsApp do deputado.

### ***Quem defende a reforma diz que tem mentira circulando, as chamadas fake news.***

Já foi algo que prejudicou muito a reforma, a disseminação de informações falsas nas redes sociais. É algo que o governo tem dificuldade de contornar.

Também é uma frustração que muitos técnicos têm, de estudar o assunto e ver que a informação que está mais disseminada não tem tanto amparo assim...

### ***As informações falsas são má-fé ou falta de conhecimento?***

As ideias são muito sedutoras. O noticiário está sempre eivado de corrupção e aí vem um vídeo no WhatsApp que diz que o governo desvia recurso da Previdência Social e que não existe necessidade de reforma. Para boa parte da população, esse é um argumento que faz sentido, que ressoa. E o que você vai compartilhar com seu vizinho, o que provoca medo, preocupação. Então embora ela possa ter sido criada por má-fé, sobrevive quase sem esforço de quem a originou.

### ***Qual a pior notícia falsa?***

Quando você espalha que o pobre não vai se aposentar, ou que ele vai morrer antes de se aposentar.

É justamente o contrário, porque as pessoas estão vivendo mais e recebendo benefício por mais tempo. Provocar medo em pobre para defender benefícios maiores é o mais incômodo.

## O sentido pedagógico do teto

O Brasil tem "um encontro marcado com a discussão da rigidez orçamentária e do excesso de despesas obrigatórias", lembrou a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, em entrevista ao Estado. "Isso tem que ficar claro: deu para um grupo, vai faltar para outros", disse. Dar mais recursos para reajustes de servidores, por exemplo, significará reduzir as verbas a outras políticas que poderiam atingir toda a população, como saúde, educação e assistência social.

É mérito da Emenda Constitucional (EC) 95, aprovada em dezembro de 2016 e que limitou por 20 anos os gastos públicos, essa clareza sobre os efeitos decorrentes da política econômica. Ao estabelecer um teto para as despesas do governo, a EC 95 explicitou que as receitas não aumentam por um passe de mágica. O bolo é um só. Se for dado um pedaço maior para determinada parcela da população, haverá menos para dividir entre o restante.

"O exemplo do Orçamento de 2018 poderá ser bastante pedagógico", disse a secretária do Tesouro, ao citar a postergação do reajuste dos servidores, desejada pelo governo federal e que no momento está em discussão na Justiça. "A postergação poderia reduzir despesas obrigatórias em R\$ 6 bilhões em 2018. Sem a postergação, vai ficar um espaço mais restrito para despesas que são absolutamente importantes.

Estamos falando em trocar um benefício para um grupo já muito privilegiado por mais recursos para o Fundo Nacional de Assistência Social, por exemplo. Teremos menos investimento, menos dinheiro para conservação de estradas que têm excesso de acidentes, com ônus para o sistema de saúde", disse Ana Paula Vescovi. Essa realidade foi ignorada durante os anos de administração do PT. Por isso, a regra do teto dos gastos é tão importante para o País, ao impedir a irresponsabilidade de alguns governantes, que deixam dívidas impagáveis para seus sucessores.

Além disso, a EC 95 promove a tão necessária discussão sobre a destinação dos recursos públicos.

Quando o dinheiro público é considerado ilimitado, parece perda de tempo avaliar qual será a melhor forma de alocar recursos. No entanto, no momento em que se estabelece limite para os gastos do governo, essa discussão se impõe, já que são necessárias escolhas. "O excesso de rigidez do Orçamento, de indexação de despesas obrigatórias e o impacto da tendência demográfica sobre as despesas estão levando à baixa qualidade na alocação dos recursos públicos.

É isso que precisará ser enfrentado", afirmou a secretária do Tesouro. A EC 95 representou uma importante mudança na trajetória que o Estado brasileiro vinha percorrendo desde 1988. Além de ter, desde a sua origem, sérias disfuncionalidades em termos de equilíbrio fiscal, a Constituição de 1988 foi muitas vezes interpretada como se as garantias e direitos sociais que abriga autorizassem a gastar mais do que se tinha.

As suas quase três décadas de vigência mostraram, no entanto, uma realidade bem diferente daquela visão utópica inicial, em que o desenvolvimento social era tratado como consequência necessária de uma previsão legal. O resultado da Constituição de 1988 é um sistema caro, insustentável e, além disso, muito pouco eficiente. Basta ver a qualidade, em geral, da saúde e da educação ofertada pelo poder público. "A regra do teto é simples e estimula essa discussão alocativa. Também traz um acionamento automático de medidas caso não seja cumprido, vai vedar novos concursos, novos reajustes de salários, crescimento de despesas obrigatórias acima da inflação", disse Ana Paula Vescovi.

Sempre difícil, o tema do ajuste fiscal é especialmente árduo em ano eleitoral. Em geral, os políticos querem falar de promessas e investimentos, deixando de lado os necessários cortes. A secretária do Tesouro lembra, no entanto, que o cidadão não está alheio às consequências do desequilíbrio fiscal. "Não tem dinheiro nos Estados para pagar os salários atrasados, o serviço público de saúde padecendo. Não é só o Rio de Janeiro". Que o teto dos gastos possa ajudar a revelar toda a mentira contida no populismo.

## RN pressiona por liberação de ajuda de R\$ 600 milhões

*Governador diz que recursos são fundamentais para a manutenção de serviços essenciais, mas Fazenda afirma que operação é inviável*

Idiana Tomazelli  
Eduardo Rodrigues

O governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, reagiu ontem à decisão do Ministério da Fazenda de vetar o socorro financeiro ao Estado e anunciou que vai recorrer diretamente ao ministro Henrique Meirelles para tentar reverter a posição da pasta. Mas a equipe econômica segue firme no entendimento de que é impossível repassar recursos do Orçamento para ajudar o Estado, que não está conseguindo pagar os salários dos servidores em dia.

“Temos muita convicção do que já dissemos ao Estado, da inviabilidade de fazer a operação de auxílio financeiro. Respondemos com base numa posição muito pensada e firme”, afirmou ao Estadão/Broadcast o secretário executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, que assina a carta enviada ao Rio Grande do Norte negando o socorro. Para tentar dar uma ajuda no curto prazo, o governo federal está pensando formas alternativas de auxiliar o Estado por meio de convênios ou repasses que possam

ser feitos dentro da lei, mas nada próximo dos R\$ 600 milhões esperados pelo Rio Grande do Norte.

“Ainda não tem nada de concreto. A possibilidade ou não de algum outro repasse está sendo olhada dentro dos convênios que existem hoje dentro da administração federal”, explicou Guardia. “Se tiver algo (possível), a gente faz.” Ele ressaltou que qualquer repasse por esses canais tem destinação específica, como gastos em saúde ou educação. A equipe econômica também analisa o que é possível viabilizar em termos de liberação de emendas e de novos empréstimos para o Estado, que tem dívida muito baixa, apesar da dificuldade atual de caixa.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, conversou com os comandos do Banco do Brasil e da Caixa para verificar se é possível conceder algum novo crédito ao Estado. Mesmo em recesso, o ministro passou a terça-feira fazendo ligações para tentar encontrar soluções para a situação do Rio Grande do Norte. O Estado, por sua vez, ainda não desistiu de conseguir o socorro de R\$ 600 milhões.

O deputado Fábio Faria (PSD-RN), filho do governador potiguar,

esteve ontem com o presidente Michel Temer e com Guardia. O Rio Grande do Norte tinha conseguido o aval do Palácio do Planalto para a operação e esperava ver o dinheiro até o fim deste ano. Na véspera do Natal, o governador chegou a prometer no Twitter que os salários atrasados dos servidores seriam pagos nos próximos dias. Crime.

A negativa da equipe econômica veio após o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) enviar recomendação para suspender a transação, que poderia ser enquadrada como crime de responsabilidade. Ontem, o governador tentou consertar e alegou que “jamais houve qualquer intenção em descumprir vedações constitucionais e legais atinentes à destinação dos valores a serem transferidos”.

“O governo do Estado solicita que o governo Federal reforme a decisão recorrida, afastando todo e qualquer impedimento ao trâmite administrativo da medida provisória a ser editada em socorro a Rio Grande do Norte”, diz o documento assinado pelo governador e pelo procurador-geral do Estado, Francisco Chagas Júnior. O Rio Grande do Norte destacou que a transferência dos recursos é importante “para a manutenção dos serviços essenciais à população”.



## **Tesouro enviará missão ao Estado**

Uma missão com técnicos do Tesouro Nacional será enviada ao Rio Grande do Norte para ter uma melhor avaliação da situação financeira do Estado. “O governo do Estado vai ter de implementar um processo de ajuste, que não é de curto prazo, isso leva tempo”, afirmou Eduardo Guardia, secretário executivo do Ministério da Fazenda.

Algumas medidas que podem contribuir nessa direção estão sendo encaminhadas, como o projeto-piloto em estudo com o Banco Mundial de oferecer um novo empréstimo ao Estado vinculado a medidas de ajuste estrutural. / I.T. e E.R.

## Governo tem superávit de R\$ 1,3 bilhão

*Resultado é o melhor para o mês de novembro desde 2013; reforço de R\$ 12 bi com leilão de hidrelétricas contribuiu para desempenho*

Eduardo Rodrigues  
Idiana Tomazelli

O bem-sucedido leilão de hidrelétricas em setembro garantiu aos cofres do Tesouro Nacional um reforço de R\$ 12 bilhões no mês passado e possibilitou ao governo obter um superávit primário de R\$ 1,348 bilhão em novembro, o melhor resultado para o mês desde 2013. Aquela foi a última vez em que o resultado do penúltimo mês do ano foi positivo, em R\$ 28,969 bilhões. Novembro foi o segundo mês consecutivo de superávit, mas o rombo de R\$ 101,919 bilhões acumulado nos 11 meses de 2017 ainda é o pior desempenho para o período na série histórica, iniciada em 1997.

De janeiro a novembro, o Tesouro Nacional (incluindo o Banco Central) fez um esforço fiscal de R\$ 70,847 bilhões, mas a

economia não é suficiente para cobrir o rombo da Previdência Social, que chegou a R\$ 172,766 bilhões no período. Em 12 meses até novembro, o buraco nas contas públicas já alcança R\$ 167 bilhões, mas a expectativa do governo é encerrar o ano bem próximo da meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões.

Isso porque, apesar de dezembro voltar a ficar no vermelho, o grande volume de despesas programadas para o último mês deste ano ainda será menor que os gastos do fim de 2016. Além disso, haverá novos pagamentos de concessões este mês: R\$ 10 bilhões de leilões de petróleo e R\$ 3 bilhões de outorgas de aeroportos.

“Em dezembro teremos despesas menores que as do ano passado e ainda teremos R\$ 17,7 bilhões a mais em receitas. Temos um cenário propício para cumprir a meta, que terá certa folga”, garantiu a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. “Vários dos riscos fiscais para 2017 não se concretizaram. Por exemplo, os leilões foram bem-sucedidos” completou.

Corte.

Já para cumprir a meta de 2018, admitiu Ana Paula, tudo indica que haverá um novo bloqueio no Orçamento. “Devido à não aprovação das medidas de ajuste e dado o cenário que está posto, temos fortes indícios de que deverá haver um contingenciamento”, voltou a dizer. Ela confirmou que as receitas com leilões de petróleo em 2018, estimadas em R\$ 8 bilhões, ainda não foram incluídas no Orçamento do próximo ano. “Isso será considerada na abertura do próximo exercício.

Mas, como há a restrição pelo teto de gastos, qualquer receita adicional virá para o abatimento da meta de primário”, enfatizou. A meta no próximo ano é novamente de um déficit de R\$ 159 bilhões. Ana Paula voltou a destacar o crescimento de R\$ 88 bilhões nas despesas obrigatórias previstas para 2018 e lembrou que esses gastos ocuparão o espaço de outras políticas no próximo ano.





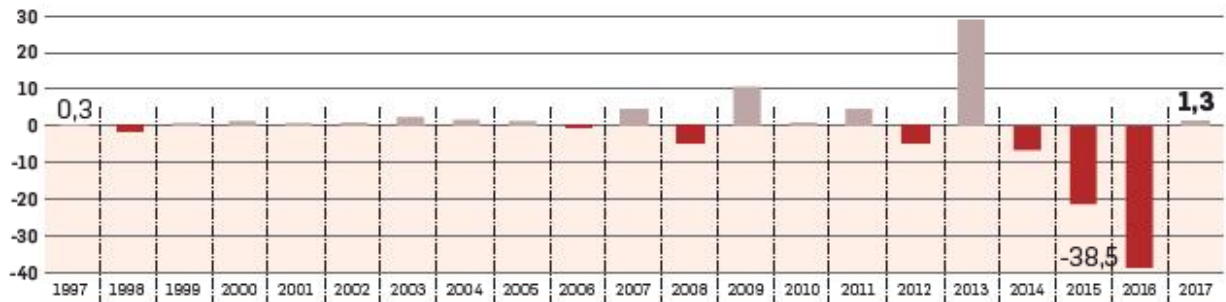
## NO AZUL

● Governo Central tem novo superávit em novembro, mas contas públicas seguem com maior déficit anual da história

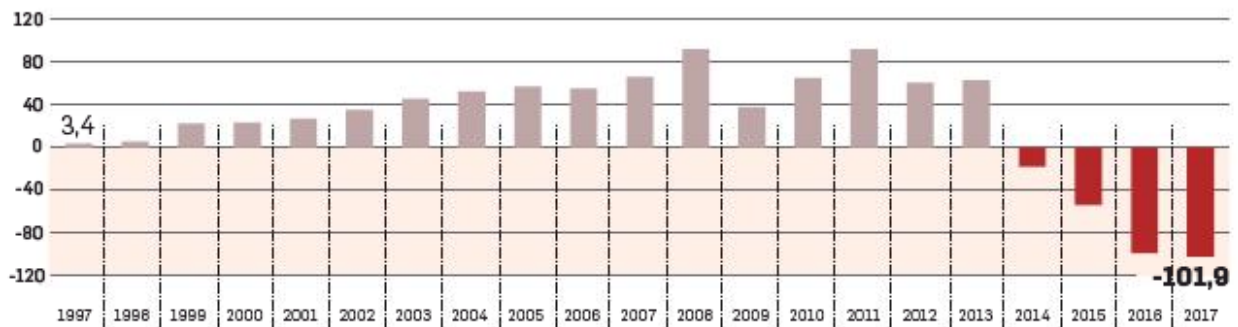
### Resultado primário

EM BILHÕES DE REAIS

#### Em novembro de cada ano



#### Janeiro a novembro de cada ano



FONTE: TESOURO NACIONAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Rombo é o maior desde 1997

O rombo nas contas públicas chegou a R\$ 101,9 bilhões nos 11 primeiros meses do ano, conforme dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. O resultado é o pior desde o início da série histórica, em 1997. Nos últimos 12 meses encerrados em novembro, o déficit é ainda maior e totalizou R\$ 167 bilhões, o equivalente a 2,52% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar disso, o governo está confiante de que cumprirá a meta fiscal que prevê uma necessidade de financiamento de no máximo R\$ 159 bilhões em 2017.

O resultado só não é pior porque, em novembro, o governo conseguiu fechar as contas com um superavit de R\$ 1,3 bilhão, o melhor desempenho para o mês desde 2013. Naquele ano, o saldo positivo alcançou R\$ 28,9 bilhões. O saldo do Tesouro ficou no azul porque a União recebeu R\$ 12,4 bilhões em outorgas referentes ao leilão de hidrelétricas. No acumulado do ano, as concessões garantiram ao Executivo uma receita extra de R\$ 17,6 bilhões. Esse valor é 23% inferior ao recebido pela União com a venda de ativos no mesmo período do ano passado.

Para dezembro, são esperados mais R\$ 10 bilhões de concessões de petróleo e R\$ 3 bilhões de outorgas de aeroportos. Já os dividendos pagos pelas empresas estatais somaram R\$ 346,3 milhões

Milton Duz/Agência Brasil - 26/7/17



em novembro, montante 83,7% maior do que em igual mês do ano passado.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, ressaltou, porém, que as despesas com o pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm pressionado o orçamento público. Ela detalhou que, somente em novembro, o rombo da Previdência totalizou R\$ 17,5 bilhões e no acumulado do ano o resultado negativo chega a R\$ 172,7 bilhões. Ana Paula comentou que houve melhora significativa e recorrente das contas públicas no segundo semestre. “Temos dois movimentos muito oclaros: até julho de 2017, nós passamos por um cenário de frustração de receitas, cerca de R\$ 40 bilhões. O cenário era de incerteza. A expectativa era de

receitas extraordinárias que viriam no fim do ano”, relatou.

Apesar disso, ela explicou que, a partir do oitavo mês do ano, com a recuperação da economia, houve uma melhora nas contas públicas. “A partir de agosto, coincidentemente quando mudou a meta, houve recuperação gradual das receitas. Vários dos riscos fiscais não se concretizaram. As concessões foram bem sucedidas. E houve racionalização de diversas despesas, principalmente, subsídios”, detalhou.

Com a regra do teto de gastos, em 2018, o governo só poderá gastar 3% a mais que em 2017. Segundo o Tesouro, com o crescimento das despesas obrigatórias acima da inflação no ano que vem, o teto de gastos impõe maiores restrições sobre as despesas discricionárias. Se





não houver medidas para reduzir os desembolsos obrigatórios, os livres terão de cair R\$ 26 bilhões.

#### Regra de ouro

Nas contas do Tesouro, o governo deve fechar o ano com uma folga de R\$ 20,7 bilhões para o cumprimento da chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de dívida para o pagamento de despesas correntes. Isso significa que as projeções do Ministério da Fazenda mostram que as despesas de capital, que incluem investimentos, superarão as operações de crédito em R\$ 20,7 bilhões. No acumulado em 12 meses até novembro, a folga era maior, de R\$ 82,9 bilhões, mas a previsão é de que o espaço diminuirá no último mês deste ano.

O Tesouro tem feito um acompanhamento mensal do cumprimento da regra de ouro, já que os sucessivos deficits tornaram mais difícil o financiamento das necessidades do governo. Para 2018, o rombo projetado é de R\$ 184 bilhões, e o governo conta com devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para evitar o descumprimento da regra. Caso isso ocorra, será configurado crime de responsabilidade. “Há R\$

130 bilhões consignados para devolução pelo BNDES em 2018, mas as negociações continuam”, afirmou Ana Paula.

Para a secretária, uma margem de R\$ 20,7 bilhões para do cumprimento da regra de ouro em 2017 é pequena. “Nunca chegamos a um mês de dezembro com margem tão pequena”, afirmou, lembrando que a regra precisa ser cumprida sempre considerando o exercício completo do ano. Ana Paula disse ainda que o governo está ajustando as fontes de receitas, para atender aos requisitos em 2018. “Esperamos transitar com cerca de R\$ 10 bilhões para o cumprimento da regra em 2018”, detalhou.

Na avaliação do economista Rafael Bistafa, da Rosenberg Associados, para resolver o rombo nas contas públicas é fundamental o avanço da agenda de reformas que se iniciou com a aprovação da emenda constitucional que criou o teto dos gastos e caminhava para a reforma da Previdência. “O contínuo imbróglia político atrasa o cronograma de ajustes e de outras medidas estruturais do lado da despesa, que são indispensáveis para a sustentabilidade da dívida pública no médio e longo prazo”, destacou.